

IDENTIDADES FLUÍDAS, LIMITES PRECÁRIOS...

André Luiz Zanão Tosta
Bacharel em Ciências Sociais pela UNICAMP
GEPS/UFES: Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades
cbdtxt@yahoo.com.br

Se alguém me pergunta: 'como é que você se coloca: travesti ou transexual?'. 'Nenhum dos dois. Eu sou mulher!'. Travesti é um nome que deram ao que eu sou. Eu não sabia o que era ser travesti. Eu sabia o que era ser mulher. E é isso que eu sinto dentro de mim, desde criança. Então, travesti... para mim foi assim... vamos dizer... um nome que colocaram. (Bianca Di Capri em entrevista a Pelúcio, 2007:273)

A fala de Bianca Di Capri nos serve como introdução deste texto¹ por diversos motivos. Primeiramente ela revela a complexidade das negociações que os sujeitos concretos devem realizar com as categorias identitárias disponíveis para lhes conferir inteligibilidade.

As identidades, enquanto “rótulos” que utilizamos na vida social, são marcadores que nos auxiliam nas construções de expectativas. Eles revelam verdades sobre os indivíduos, pautam suas ações e conformam as reações dos demais com os quais interagimos. Ser identificado enquanto “homem” ou “mulher” aciona uma série de mecanismos que nos faz reconhecidos e legitimados, conferem “materialidade” a nossa existência. Estes mecanismos interagem com diversos símbolos para lhes conferir coerência: cores, roupas, maneirismo, posturas, gostos e percepções próprias (ou impróprias) para cada um.

É também na identidade que a “*multiplicidade de posições dos sujeitos*” (Brah, 2006:371) interage produzindo um todo que busca a coerência mesmo que contingente e instável, e se nos recusamos a aderir a determinadas identidades, a interpelação dos demais trata de enquadrar-nos, ou como diria Bianca a cerca do termo travesti, “*para mim foi assim... um nome que colocaram*”.

No entanto ao nos centrarmos dentro de categorias tão fixas e dicotômicas, homem/mulher, heterossexual/homossexual, normal/anormal, como ficam os sujeitos que acabam por constituir-se nas experiências limítrofes, difusas e intersticiais? Como seus desejos e anseios negociarão com os mecanismos que tendem a negar-lhes a existência ou

¹ O presente artigo é uma adaptação de minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais (modalidade antropologia), defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em maio de 2009 com o título “*Continuidades, rupturas e limites das identidades: travestilidades e outr@as trans mais*” sob a orientação de Larissa Maués Pelúcio Silva.

encapsular em rígidos discursos? A travestilidade é um caso exemplar dentro destas questões, ora desafiando, ora reiterando discursos e identidades.

Voltando à fala de Bianca: mais do que uma identidade, ela está formulando a compreensão de uma *essência* feminina interna e inata. “*Eu sabia o que era ser mulher. E é isso que eu sinto dentro de mim, desde criança*”. Este sentimento de pertencimento ao feminino (mesmo quando nascida sob os auspícios da masculinidade) nos leva a encarar um aspecto constitutivo das travestilidades²: a negociação entre o feminino e o masculino.

Invocar uma essência feminina interna e imutável, ou seja, “natural”, não a impediu de moldar artificialmente seu corpo, de apropriar-se subversivamente de “*tecnologias de gênero*” (Lauretis, 1994) a fim de dar cabo de um projeto intrincado, dispendioso e ininterrupto que é a construção do “*feminino travesti*” (Benedetti, 2005:96). As irreconciliáveis negociações entre masculino/feminino, naturalidade/artificialidade marcam a construção da experiência das travestilidades nos corpos e subjetividades delas.

Como sugeriu Don Kulick, este “*essencialismo construtivista*” (Kulick, 2008:204) permite as travestis posicionarem-se fora do binário masculino/feminino: elas são femininas, mas não se outorgam serem mulheres (e muito menos homens), são travestis e ponto final.

Por fim quando Bianca declara “*se alguém me pergunta: ‘como é que você se coloca: travesti ou transexual?’. ‘Nenhum um dos dois. Eu sou mulher!’*”, ela demonstra que as identidades não são fixas, categorias onde repousam verdades inescapáveis, mas lugares sociais de tensos embates e negociações. As categorias identitárias são produzidas à custa de certa supressão das diferenças internas dentro do grupo que descreve, não sendo possível antever quais serão os desdobramentos de sua constituição.

As travestis não possuem uma essência natural, mas uma multiplicidade de negociações entre elementos masculinos e femininos que se organizam e se estruturam de diversas formas dentro de contextos específicos. Como toda identidade um movimento simultâneo de incorporação e exclusão deve ser efetuado, designar-se como travesti é conceber um conjunto de elementos (mais ou menos coerentes e reconhecidos) próprios e impróprios para as travestilidades.

Contudo uma das condições que permitem que uma experiência identitária seja produzida é a multiplicidade de outras categorias que precisam ser constituídas precisamente na negação e negociação com ela. As travestilidades têm seus limites, encontram suas margens constitutivas, em outras experiências que conformam feminilidades em corpos

² Para considerações sobre a substituição do termo “travestismo” (cujo sufixo “ismo” remete a idéia de patologia) por “travestilidade” (que guarda a idéia de identidade) ver Peres, 2005.

reconhecidos inicialmente como pertencentes ao universo do masculino e serão precisamente estas dinâmicas e processos de confronto, negação e troca que serão abordadas adiante.

Feminilidades plurais: transexuais, travestis e crossdressers

Uma das condições que permitem que a experiência identitária nomeada por travestilidade seja tão difícil de ser descrita talvez seja a multiplicidade de outras categorias que precisam ser constituídas precisamente na negação e negociação com ela. A travestilidade tem seus limites, encontra suas margens constitutivas em outras experiências que conformam feminilidades em corpos reconhecidos inicialmente como pertencentes ao universo do masculino.

Assim será com as categorias clínicas como a *transexual*³ ou com as introduzidas via *web*⁴ como a *crossdresser* que as travestis negociam sua especificidade, muitas vezes negando a legitimidade delas. Este processo pode ser compreendido como a continuação do que se deu na diferenciação entre a travestilidade e a homossexualidade⁵, ou como formula Perlongher, “*nos seus primórdios, os grupos gay brasileiros se orientaram a diferenciar-se dos travestis, libertando-se da imagem degradada e folclórica do homossexual efeminado, festejado apenas no Carnaval. Este enunciado parece fazer parte do arcabouço ideológico do movimento; porém o ingresso de travestis e bichas ‘pintosas’ foi estimulado, sem muitos resultados*”(Perlongher, 2008:105).

A categoria *transexual* é certamente uma das principais integrantes deste diálogo de identidades. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1949 pelo doutor D. O. Cauldwell⁶ e constituiu-se desde então como um transtorno, cabendo aos saberes multidisciplinares das ciências médicas seu diagnóstico e tratamento. As equipes que trabalham nos processos de

³ Referencio-me neste trabalho as transexuais femininas por estas estarem mais próximas a travestilidade, objeto principal deste texto. Com isto não pretendo, mesmo que possa ocorrer, invisibilizar a existência de transexuais masculinos. Ainda sim entendo transexual feminina como o corpo dotado inicialmente de um pênis que deseja se feminilizar/tornar-se mulher e transexual masculino como o corpo inicialmente dotado de uma vagina que deseja se masculinizar/tornar-se homem. Esta definição se mostra problemática mesmo no decorrer deste trabalho, mas é uma forma de posicionamento crítico com relação aos termos que circulam no universo da medicina e das ciências *psi* (psicologia, psiquiatria, psicanálise) em que a genitália é o referencial para atribuição de gênero e não a auto-identificação.

⁴ Em referência a rede mundial de computadores – internet.

⁵ Ainda assim precisamos compreender que este processo não logrou uma separação radical entre os dois termos e, mesmo concebendo uma certa especificidade da travestilidade, as próprias travestis muitas vezes reconhecem que “ser homossexual esta no âmago do projeto travesti” (Kulick, 2008:231).

⁶ Ramsey (1998:17). *Prólogo* de John Money. Cabe ressaltar que os saberes médicos lidam com a categoria “transexualismo” (identificada como distúrbio através do sufixo “ismo”) enquanto as ciências sociais trabalha com o termo “transexualidade” (denotando a construção de uma experiência identitária).

*transexualização*⁷ costumam ser formadas por profissionais das biomedicinas (endocrinologistas, fisiologistas, cirurgiões) e das ciências psi (psicólogos, psicoterapeutas, assistentes sociais) e seguem protocolos médicos definidos em documentos como o DSM-IV (Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais da Associação Psiquiátrica Americana – 4ª edição), o SOC (*State of Care* – Normas de tratamento da HBIGDA⁸) e o CID-10 (Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde – 10ª edição)⁹.

Estes protocolos são minuciosos e buscam diagnosticar um fenômeno que se pretende universal (Ramsey, 1998:48)¹⁰, fato que os trabalhos de Berenice Bento (2006; 2008) tentam refutar. Problematizando as bases teóricas que compreendem a transexualidade como uma patologia, Bento aponta diversas rupturas entre a experiência concreta da transexualidade vivida por seus colaboradores e colaboradoras de pesquisa e os documentos oficiais que regulam esta categoria¹¹. Assim o transexual unívoco tratado nos protocolos médicos desdobra-se em “transexualidades” plurais possíveis de serem vividas.

Já com relação ao que torna ambas as identidades diferenciáveis, um dos pontos centrais utilizados para distinguir entre transexuais e travestis será com relação à manutenção ou não do pênis em um corpo referenciado no feminino (Bento, 2008:57). Ambas as experiências seriam marcadas pela construção da feminilidade em um corpo compreendido como biologicamente masculino, porém enquanto muitas travestis compreendem-se como “mulheres com algo a mais” e fazem uso de suas genitálias (inclusive para fins sexuais, sentindo prazer nisso) os discursos médicos pregam que a transexual “*não toca ou sequer expressa a posse dos genitais de nascença ou de seus caracteres sexuais secundários (...) O transexual pré-operatório típico sente que os órgãos genitais agregados ao seu corpo são, na verdade, o aparato sexual errado. Por exemplo, (...) se referem com desprezo ao seu órgão como ‘aquilo’, ‘aquela coisa’, ‘o engano’ e por aí afora*” (Ramsey, 1998:39).

⁷ O termo que designa o processo de acompanhamento da transexual pela equipe médica recebe diferentes nomes (processo transexualizador ou transgenitalizador) assim como os procedimentos cirúrgicos (cirurgia de transgenitalização, de redesignação sexual ou no senso comum de “troca de sexo”) dependendo do contexto.

⁸ *Harry Benjamim International Gender Dysphoria Association*, entidade que se legitimou internacionalmente como uma das mais importantes no cuidado e diagnóstico do “transexualismo”. Leva o nome de Harry Benjamim, um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema. (Bento, 2008:75-77).

⁹ Para uma discussão mais elaborada das relações entre o “transexualismo” e os saberes médicos ver também: Leite Jr., 2008; Castel, 2001; Bento, 2006, 2008.

¹⁰ No livro *Transexuais*, Ramsey (1998) que é psicólogo clínico defende os protocolos médicos ao definir o “transexualismo” como um fenômeno universal. Este atributo, a universalidade, é o que outorga a ele seu caráter de patologia ou distúrbio.

¹¹ Berenice Bento dedica seu livro *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* exatamente a este propósito, ou como ela mesma formula: “*A desconstrução do ‘transexual de verdade’ e a despatologização da experiência são os objetivos principais deste livro*” (2008:20)

Porém estas margens entre travestilidade e transexualidade ancoradas na genitália tornam-se cada vez mais problemáticas à medida que o próprio movimento transexual começa a relativizar a importância das cirurgias transgenitalizadoras na formulação do gênero feminino de suas participantes. Como formula Berenice Bento “*Para Bea [transexual entrevistada, ativista do Coletivo de Mulheres Transexuais da Catalunha] o pênis faz parte do seu corpo, e ela não reivindica a cirurgia, pois uma vagina não mudará seu sentimento de gênero (...). Para ela, é seu sentimento que importa, sendo o órgão totalmente secundário*” (Bento, 2006:189).

Outro ponto a ser ressaltado é que a travestilidade parece se constituir como uma identidade conformada nas margens sociais, no contato entre as travestis e os demais personagens do mundo da noite, enquanto que a transexual, como categoria clínica tem nos protocolos e documentos do saber médico suas referências, sendo uma identidade relativamente recente no Brasil¹². O próprio termo empregado para identificar as travestis parece particular ao contexto brasileiro¹³, não que experiências de “transformações de gênero” sejam exclusividade de nosso país, mas em cada contexto estas se organizam de formas diferenciadas e adotam outras categorias.

A travesti brasileira (enquanto um tipo ideal) com suas concepções de gênero e de modificações corporais tem sido descritas, dentro desta tradição antropológica analisada, em contrapartida a figura da transexual que esteve por muito tempo ligada aos contextos europeus e de países de língua inglesa. Don Kulick aponta que um dos motivos para etnografar as travestis seria o fato que elas “*não se encaixavam nas tipologias sexuais correntes do universo euro-americano: as travestis não eram travestidos, tampouco transexuais*” (Kulick, 2008:30)¹⁴.

Com isso a pergunta permanece em aberto: o que viria distinguir a experiência transexual da travesti? Um caminho a ser percorrido para elaborar possibilidades de lidar com esta questão seria não mais tentar identificar quais os elementos que as tornam diferenciáveis, mas o porquê da necessidade de tal diferenciação. Seguindo as sugestões de Berenice Bento

¹² Embora exista, por exemplo, o relato de um transexual publicado já em 1984 (Nery, 1984) no Brasil, a transexualidade (como identidade e questão política) só ganha peso no final da década de 1990, principalmente após a primeira cirurgia realizada legalmente no país em 1998, em Campinas (Benedetti, 2005:111-114).

¹³ Benedetti dedica todo o primeiro capítulo de sua obra a contextualizar os estudos sobre transformações de gênero na antropologia e aponta que este baseia-se em inúmeras experiências constituídas em diferentes contextos. Assim teremos as travestis no Brasil, os *jota* na Cidade do México ou as *xanith* de Omã (Benedetti, 2005:27). Márcia Ochoa (2004) em sua etnografia em Caracas, Venezuela, remete a uma experiência que parece muito similar a travestilidade que naquele contexto é designada pela categoria *transformista*.

¹⁴ Ver também Benedetti (2005:112). É importante ressaltar que Kulick sofreu críticas as formas como generalizou as concepções de gênero no Brasil (ver McCallum, 1999), mas a indicação que a figura da “travesti” era algo novo perante um europeu é significativo.

em seu livro *O que é Transexualidade* (2008), podemos perceber que “talvez o esforço permanente em definir limites e incomensurabilidades sejam indicadores de proximidades entre estas duas expressões identitárias” (Bento, 2008:56). Assim a importância dos atributos prescritivos e descritivos no interior dos discursos que constituem ambas as identidades diminui frente à questão do que está em jogo ao invocar uma ou outra experiência.

A travestilidade ao se constituir nas margens carrega consigo o estigma da abjeção, edificando no imaginário popular brasileiro as relações entre travesti e prostituição, marginalidade, pobreza e violência. Embora não existam quaisquer legislações vigentes no país que proíbam ou punam a travesti de forma explícita¹⁵ ela figura em documentos como o COB (Classificação Brasileira de Ocupações) como sinônimo de “profissionais do sexo” (COB código 5198-05).

A travesti acaba se constituindo como o “outro” discursivo da transexual, aquela que sintetizaria tudo o que é condenável e deve ser evitado (como a prostituição e a violência). “É como se a categoria médica ‘transexual’ fizesse o trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria da rua [a travesti]” (Bento, 2008:60). Assim as disputas entre estas duas experiências identitárias podem ser compreendidas não apenas na descrição de suas especificidades (como se fossem fenômenos universais), mas na formulação de qual experiência é legítima de ser vivenciada e qual deve ser silenciada.¹⁶

Ao esboçar os principais pontos que permeiam as disputas entre travestis e transexuais e deslocar a discussão das descrições fechadas e normativas para um outro campo (onde estas disputas podem ser compreendidas como cálculos mais ou menos conscientes em busca de legitimidade para a vivência de experiências de gênero que se encontram nos limites do binário masculino/feminino) não pretendo outorgar uma agência ontológica às travestis e transexuais: elas não escolhem consciente e livremente partilhar de experiências de trânsito entre os gêneros (pelo menos, não existem dados que possam corroborar com tal conclusão).

¹⁵ Existem amplos relatos de perseguição policial às travestis (Perlongher, 2008; Green, 2000a, 2000b) que por não haver legislação específica para puni-las utiliza-se de outros mecanismos legais como as alegações de atentado ao pudor e vadiagem.

¹⁶ Embora as transexuais encontrem nos saberes médicos e científicos os discursos que possibilitam legitimar suas existências concretas isso não ocorre sem o pagamento de um alto preço. Como apontou Berenice Bento no Simpósio Temático do qual participou no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8* (2008, Florianópolis-SC), ao atrelar a legitimidade desta identidade aos mesmos discursos que a descrevem como transtorno e patologia, as transexuais (enquanto pessoas transtornadas) têm suas capacidades individuais questionadas, cabendo a equipe médica que a acompanha tomar as decisões. Assim o corpo transtornado é similar ao corpo tutelado. No livro *Transexuais* (Ramsey, 1998), que é formulado no formato de perguntas e respostas, encontramos a seguinte passagem emblemática da postura médica com relação à transexualidade: “*Incomoda-me que problemas de gênero sejam chamados de ‘distúrbio’.* Qual é a sua opinião sobre este diagnóstico? Antes de tudo, você deveria estar feliz por haver diagnósticos que incluam distúrbios de gênero (...) Além disso, por mais que isto soe duro, transexuais não são normais” (Ramsey, 1998:48 destaques no original)

Pelo contrário, é exatamente a existência nesta experiência que as constitui enquanto sujeitos. Neste ponto concordo com Judith Butler quando ela escreve: “*Semejante sujeto voluntario e instrumental, que decide sobre su género, claramente no pertenece a ese género desde el comienzo y no se da cuenta de que su existencia ya está decidida por el género*” (Butler, 2002:12-13 grifo no original).

Já a questão das *crossdresser* ainda é um terreno movediço principalmente pelo fato da popularização do termo no contexto brasileiro ser muito recente, concomitante ao surgimento do **BCC**, sendo este seu primeiro veículo de disseminação. Contudo é errado supor que todas as *crossdresser* estejam vinculadas ao **BCC**, ou mesmo que todas compartilhem as mesmas concepções do que venha a ser esta experiência, gerando uma categoria plástica e indefinida, formulada através de diversas visões e perspectivas.

De modo sucinto, é possível descrever as *crossdresser* (também chamadas de *CDs*) como indivíduos que se reconhecem como masculinos, mas sentem necessidade/desejo de utilizar roupas, perfumes, apetrechos e outros símbolos identificados ao universo feminino. Adotam nomes femininos, adquirem inclusive traquejos, trejeitos e vozes afeminadas, porém apenas nos períodos em que estão *montadas*¹⁷.

Porém a obtenção desta feminilidade está cerceada pelas possibilidades de agir dentro de padrões masculinos quando a *crossdresser* se encontra de *sapo*¹⁸. A necessidade da manutenção de uma apresentação masculina impede as drásticas e, quase sempre, irreversíveis modificações corporais que as travestis realizam em seus corpos. O uso de hormônios entre *crossdresser* aparece em alguns textos, como o mesmo propósito de obtenção de formas corporais mais femininas, porém não com a centralidade que parece ser reconhecida no “projeto travesti”. As modificações cirúrgicas (ou mesmo o *bombar*) são práticas interditas, ao menos no nível discursivo.

Em muitas travestis o desejo pelos símbolos femininos aparece na infância, e perduram pela vida inteira, porém no caso das *crossdresser* tal apego a uma certa feminilidade ou identidade feminina parece, a um primeiro momento, não se tornar o fio condutor de suas subjetividades e performances de gênero. Podemos aventar diversos motivos para esta formulação intermitente da feminilidade, mas talvez um dos pontos que chamem

¹⁷ Ou como define Ana Paula Vencato (2008:13): “embora as significações sobre o termo possa variar, a grosso modo uma pessoa *crossdresser* pode ser definida como uma alguém que eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do ‘sexo oposto’ ao seu ‘sexo biológico’. A prática do *crossdressing* se combina com um amplo leque de possibilidades em termos de sexualidade e ‘identidades de gênero’, assim como também é utilizada para falar de pessoas que se vestem do ‘outro sexo’ para a prática sexual”.

¹⁸ *Sapo* é o termo utilizado quando a *crossdresser* não está *montada*, ou seja, quando ela está portando os símbolos masculinos.

mais a atenção quando comparamos as *crossdresser* com as travestis seja a inexistência, nas primeiras, de um atributo que é apontado como primordial na constituição de muitas (porém não todas) travestis: o desejo sexual por homens. No caso destas travestis, o desejo recobre-se sob o rótulo do desejo homossexual, uma vez que elas se reconhecem enquanto homens (*viados*) portadores de uma feminilidade específica, uma “mulher com algo mais¹⁹”. Já as transexuais (influenciadas pelas concepções clínicas) compreendem-se como heterossexuais uma vez que seriam “mulheres” a procura de companheiros masculinos²⁰.

Já os discursos vinculados ao **BCC** descrevem as *CDs* formando um grupo onde quase a totalidade de seus membros se considera homens e heterossexuais sendo que muitos são casados e várias esposas²¹ atuam ativamente na vida das *crossdressers*. A *crossdresser* não se *feminiliza* diante da companheira/esposa no tocante as práticas sexuais: elas interagem sexualmente com suas esposas sendo o “homem da relação”, e elas (as esposas) sempre reafirmam a masculinidade de seus maridos na cama.

Ao conformar duas performances de gênero distintas, sendo uma socialmente aceita e encorajada (a masculinidade) e outra que se descoberta exporia o sujeito ao preconceito e ao escrutínio público (a feminilidade), a manutenção desta identidade costuma ser solitária e furtiva. Esta experiência parece definida na concepção de um espaço-tempo próprio para se vivenciar a feminilidade, resguardando a masculinidade utilizada no cotidiano. Como fala Reicla Daks “*Sou uma crossdresser, que pra quem não sabe, é um homem que se veste de mulher. Diferente de travesti, que está sempre "montada" (vestida de mulher) As Crossdresser geralmente tem uma vida como um homem normal²², tipo, durante o dia, em função de não poder expor sua preferencia sexual (sic) perante os que as rodeiam. Há também as Crossdressers, que apesar de se vestirem de mulher, não tem nenhuma atração por homens,*

¹⁹ É importante ressaltar que esta concepção que atrela homossexualidade a travestilidade, apontada e desenvolvida, sobretudo, por Don Kulick, não é a única concepção vigente. Este texto inicia-se com a fala de Bianca de Capri (Pelúcio, 2007:273) que se se proclama “*eu sou mulher*”. *Travesti é um nome que me deram*”, demonstrando novamente o perigo de se adotar certas concepções como gerais para todos os sujeitos que se identificam (ou são identificados) como “travestis”.

²⁰ A transexualidade como fenômeno clínico diagnosticável assenta-se nos chamados *gêneros coerentes* (Butler, 2003) apenas fazendo sentido uma intervenção cirúrgica para atrelar “sexo” (genitália), gênero e sexualidade dentro de padrões heterossexuais. Ver Bento (2006:155-156).

²¹ Estas mulheres são chamadas no universo *crossdresser* por *S/O*. “*S/O é o termo originário da língua inglesa que significa Supportive Other ou ainda Supportive Opposite. Pessoa do sexo oposto que apóia e dá suporte à prática CD (crossdresser)*.” (retirado na íntegra de <http://www.bccclub.com.br/bcc.htm> acessado em 18/11/2008)

²² Nota-se que a idéia de normalidade é referenciada sempre nos gêneros coerentes e na heterossexualidade, como apontado por Butler (2003).

sendo 100% heteros.” (Reicla Daks, perfil no blog²³ <http://blogdareicla.blogspot.com>, acessado em 18/11/2008)

A alternância entre performances de gênero masculinas e femininas, no entanto, extrapolam uma visão que tenderia a encarar a *CD* como uma prática de atuação, uma brincadeira ou *hobby* para os envolvidos nas *montagens*²⁴. Como escreve em seu *blog*, quando Reicla Daks permanece muito tempo sem se *montar* ela ficaria “com saudades de si mesma” (postado em 22/08/2008)²⁵ já que o habitual para ela, ao chegar em casa do trabalho após um dia inteiro de *sapo*, banhar-se e personificar seu lado feminino. Na verdade são comuns os comentários de que, independente da identidade masculina das *CDs* e de seus atos sexuais com mulheres, será com os símbolos femininos como vestidos, perucas e maquiagem que elas se sentem mais à vontade. De forma semelhante são comuns as constatações de que a feminilidade é um elemento imprescindível destes indivíduos. Permanecer *desmontadas* torna-se não apenas desconfortável, mas também, de certa forma, angustiante, como se algo de suas personalidades estivesse faltando ou fora do lugar. A possibilidade de se vivenciar performances femininas é colocada como uma *necessidade* nos discursos *crossdresser*.

Porém o universo *crossdresser* não está permeado apenas por homens heterossexuais com performances femininas intermitentes. Em certos pontos a *CD* e a travesti se misturam, sendo que a primeira passa a ser encarada como uma etapa anterior à transformação travesti, ou mesmo um primeiro contato com o universo transexual. Assim compreendida, aceitar-se como *crossdresser* poderia ser encarada como uma etapa inicial, uma “porta” de acesso às demais possibilidades de constituição de uma identidade feminina em corpos referenciados biologicamente no masculino.

É interessante apontar que a principal disputa discursiva entre as *CDs* e as travestis seria precisamente o relativo sucesso nas transformações e incorporações da feminilidade. No universo travesti, o investimento na construção da feminilidade (e seu sucesso) são intimamente relacionados ao caráter do indivíduo. Relaxar no cuidado dos pelos faciais, da pele, do cabelo ou mesmo desistir ou vacilar frente às modificações corporais mais “radicais” (como hormônios ou o silicone) são encarados como falhas morais, distinguindo as

²³ Plataforma virtual que corresponde a um diário onde o autor adiciona textos, imagens, vídeos e outros recursos *multimídias* para serem acessados, e comentados, além de outras funcionalidades.

²⁴ Como, por exemplo, nos blocos carnavalescos onde os foliões (que se identificam como homens heterossexuais) utilizam roupas femininas e perucas para a folia, blocos estes chamados de *Blocos das Piranhas* ou *Bloco de Sujos*.

²⁵ Ana Paula Vencato aponta também como o ato de *desmontar* é significativo entre as *CDs*: “algumas *crossdressers* afirmam passarem por uma “síndrome de acetona” ao se *desmontarem*. Esta “síndrome”, que consiste na “parte triste” de precisar esconder os traços da montagem (...) acontece num momento visto como importante para a preservação do segredo” (Vencato, 2008:8).

verdadeiras travestis dos “homens de saia” (Pelúcio, 2007). Com isso, no discurso travesti, as *CDs* nunca passarão disso (“homens de saia”), sendo inclusive encarada como ofensa grave a comparação entre estas duas expressões identitárias, mostrando que as trocas entre as duas experiências são condicionadas pelos contornos discursivos que as limitam.

Bibliografia:

- BENEDETTI, Marcos. 2005. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTO, Berenice. 2006. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTO, Berenice. 2008. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense.
- BRAH, Avtar. 2006. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, pp. 329-376, janeiro-junho de 2006.
- BUTLER, Judith. 2002. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós.
- BUTLER, Judith. 2003. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTEL, Pierre-Henri. 2001. “Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do ‘fenômeno transexual’ (1910-1995)”. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16/04/2009.
- GREEN, James N. 2000a, **Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp.
- GREEN, James N. 2000b. “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 15, pp. 271-295.
- KULICK, Don. 2008. **Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- LAURETIS, Teresa D. 1994. “A tecnologia do gênero”. In: BUARQUE HOLLANDA, Heloísa. **Tendências e Impasses – O Feminismo como Crítica da Cultura**. Rio de Janeiro: Rocco.
- LEITE Jr, Jorge. 2008. **“Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico**. Tese de doutorado – Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- NERY, João W. 1984. **Erro de pessoa: Joana ou João?** Rio de Janeiro: Record.
- OCHOA, Marcia. 2004. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación la “localización””. In: MATOS, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, pp. 239-256. Disponível em <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Ochoa.pdf>>. Acessado em 16/04/2009.

PELÚCIO, Larissa. 2007. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. Tese de Doutorado – PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

PERLONGHER, Nestor. 2008. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo

RAMSEY, Gerald. 1998. **Transexuais: perguntas e respostas**. São Paulo: Summus.

VENCATO, Anna Paula . 2008. “Existimos pelo prazer de ser mulher : um olhar antropológico sobre o Brazilian Crossdresser Club”. In: **26a. Reunião Brasileira de Antropologia: des/igualdade na diversidade, 2008**, Porto Seguro.